



GOVERNO PREVÊ DERROTA E DESISTE DA MP 232, QUE ELEVAVA TRIBUTOS

No Recife, comércio e indústria comemoram recuo do governo

As entidades de classes locais comemoraram a desistência do governo federal em votar a MP 232. Segundo o presidente interino da Câmara dos Dirigentes Lojistas do Recife (CDL/Recife), Silvio Vasconcelos, o comércio apostava na fôra da resistência da sociedade contra a iniciativa do governo. "Essa medida não tinha como ser votada diante da pressão imposta pelos representantes das várias classes", explica. No último dia 22, mais de 100 entidades, incluindo a CDL, fez um protesto contra a alta carga tributária do País. Durante as portas durante 15 minutos, uma manifestação simbólica, o vice-presidente da Federação das Indústrias de Pernambuco (Fiepe), Ricardo Estigar, comemorou a desistência representando a vitória da sociedade como um todo. "Precisamos ver o que o governo vai fazer agora. Acordo na possibilidade de se tentar aumentar a carga tributária de outra maneira", completa. Estigar acredita que o governo vai editar outra medida para corrigir a tabela do IR. "O governo deve ter algum plano traçado para votar a correção do IR. Não acho que essa medida seja específica". Vasconcelos também citou a possibilidade de votação do IR ser feita no futuro. "Não corrigir a tabela do IR vai ser um ponto muito importante da gestão de Lula. Esperamos que o governo recede a 232 e vote somente a correção", afirma.

Jornal do Comércio

GOVERNO DESISTE DE AUMENTAR IMPOSTO

Vitória!

Governo Lula não agüenta pressão e desiste da MP 232

ECONOMIA 1

FOLHA DE PERNAMBUCO

março de 2005

Ano VIII nº 85 Fundação

FOLHA DE PERNAMBUCO ECONOMIA

Governo Federal desiste da MP 232

Decisão derrota toda a medida, inclusive a correção da tabela

O DIÁRIO DE PERNAMBUCO

Suspensa correção do IR

Proibição de correção da tabela do Imposto de Renda em 15 dias

TRAJETÓRIA DA MP

O Governo promete corrigir a tabela do Imposto de Renda em 10%, edita a medida provisória 232 em 30 de dezembro de 2004 com esse desconto, mas embutindo um aumento de arrecadação para os

NA CALADA DA NOITE

Severino comemora recuo do Governo Lula

Deputados do PT tiram lição e apontam erros

A acirrada luta pela redução da carga tributária praticada no Brasil – a maior do planeta – ainda está longe, infelizmente, de ver escrito o seu último capítulo.

É que, de forma grave, indiferente ao mau exemplo que foi a Medida Provisória 232, do governo federal (derrotada pelo clamor das ruas, numa vitória, sem dúvida, da democracia), achou por bem a distribuidora local de energia elétrica, a Celpe, propor à agência reguladora do setor um reajuste para a tarifa de energia em Pernambuco de 34,11%, a vigorar já no próximo mês de maio.

Não é preciso falar da perplexidade causada pela notícia, que, pouco depois, tal como normalmente ocorre, se transformou em um misto de indignação e revolta, temperadas em já reconhecida saturação do atual modelo tributário.

Ocorre que o pretendido aumento da energia elétrica, além de inoportuno, é, sobretudo, injustificável pelo prisma da moralidade administrativa, ainda mais em uma realidade adversa como a nossa, em que o desemprego campeia e o salário mínimo mal dá para cobrir os gastos básicos do trabalhador médio.

A Celpe, contudo, idealizadora do aumento, argumenta que sem ele o sistema corre o risco de entrar em colapso e fundamentais

investimentos deixarão de ser feitos no setor. Não esclarece, porém, qual a base de cálculo do reajuste, quais os seus elementos microeconômicos definidores, muito menos por que deveria o consumidor aceitá-lo como se fosse um fato normal do dia-a-dia.

Em resposta, desde a realização de uma audiência pública reunindo representantes da Celpe e da Aneel, no último dia 13/4, até um apagão espontâneo de 15 minutos, ao qual aderiram prefeituras, a OAB, a Assembléia Legislativa e o TJPE, entre outros, e, por fim, um grande protesto iniciado na Praça Oswaldo Cruz e encerrado em frente ao Palácio do Campo das Princesas, sede do governo do Estado, ambos em 20/4, de tudo já se fez contra o impopular reajuste, palavra, aliás, há muito execrada no Brasil.

A Ordem dos Advogados, a quem, entre outras atribuições, compete a defesa da Constituição, da justiça social e do Estado de direito, coerente que é com as suas bandeiras históricas, vem se somar a mais este grito de repúdio à sanha arrecadatória do poder público, cada vez mais confiante de que, como já dizia o saudoso Tancredo Neves, que nos deixou há exatos 20 anos, nenhum progresso subsiste se alicerçado na miséria e na opressão do povo.

Não ao aumento da tarifa de energia elétrica



No dia 20 de abril, a Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Pernambuco foi às ruas com várias entidades civis para dizer não ao aumento da tarifa de energia elétrica imposto pela Aneel.

O conselheiro e presidente da Comissão de Direitos Humanos, Ricardo Soriano, representou a OAB-PE e fez parte da comissão, que foi recebida no Palácio do Governo.

Rua do Imperador Dom Pedro II, 235
CEP: 50.010-240 Sto. Antônio - Recife - PE
Fone: (81) 3424.1012 Fax: (81) 3424.1012
Site: www.oabpe.org.br
E-mail: oabpe@oab-pe.com.br

Coordenador-geral: Ricardo do Nascimento
Correia de Carvalho

Colaboração: Conselheiro Estadual Gustavo Freire
Produção: Assessoria de Imprensa da OAB/PE
Via Mídia Comunicação e Imprensa

Jornalista responsável: Eliana Victório
DRT / MS 167

Textos: Jornalistas - Ondine Bezerra e Mirela Sá
Estagiárias - Gabriela Ribeiro, Ana Cláudia
Guerra e Jorge Cavalcanti

Revisão: Laércio Lutibergue e Solange Lutibergue
(Companhia do Texto)

Fotos: Beto Dantas

Projeto gráfico e diagramação: Sebastião Corrêa

Comercial: Irene Maria do O - Fone: 3224-7282

Impressão: CCS Gráfica e Editora

Tiragem: 17.500 exemplares

Caape

A Caixa de Assistência dos Advogados de Pernambuco (Caape) vem implantando um programa eficaz de atendimento às necessidades assistenciais do advogado. Numa tentativa de abrir espaço para melhor servir a classe, a instituição ampliou os serviços e agora oferece atendimento em clínica geral, cardiologia, pediatria e odontologia. O horário é de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h.

A sede da Caape fica na Rua Sport Club do Recife, 280, Empresarial Albert Einstein, 9º andar, salas 901 a 910, Ilha do Leite, Recife. Mais informações pelos telefones 3223.0902/2815/0993.

Exame de Ordem 2005. 1

o ranking da prova objetiva em Pernambuco

A publicação do ranking tomou por base a prova objetiva do Exame de Ordem 2005.1, realizada no dia 13 de março e que teve o seu resultado final publicado no dia 15 de abril de 2005.

Essa prova objetiva foi aplicada, com o mesmo conteúdo, nos nove Estados do Nordeste – do Maranhão à Bahia.

Hoje, mais de cem faculdades encontram-se instaladas no Nordeste, porém a maioria delas ainda não formou a sua primeira turma. Pernambuco, por exemplo, tem 17 cursos de Direito, dos quais somente cinco, hoje, estão diplomando bacharéis em Direito.

O índice de aprovação no Estado atingiu 71,03% dos 1.046 candidatos que realizaram a prova.

Esse percentual coloca o Estado de Pernambuco em terceiro lugar no Nordeste, abaixo, apenas, dos Estados do Piauí (72,44%) e Sergipe (71,37%).

O resultado, por Estado e em ordem alfabética, da aprovação na prova objetiva do Exame de Ordem 2005.1 foi o seguinte:

Alagoas (6º)	67,64%
Bahia (4º)	69,24%
Ceará (5º)	68,24%
Maranhão (9º)	43,69% (1)
Paraíba (8º)	60,63%
Pernambuco (3º)	71,03%
Piauí (1º)	72,44%
Rio Grande do Norte (7º)	66,67%
Sergipe (2º)	71,37%

(1) O Estado do Maranhão realizou o Exame de Ordem unificado pela primeira vez. O percentual diferenciado apresentado pode, assim, ser debitado, em parte, ao fato de que foi adotada uma nova metodologia, estranha à que vinha sendo aplicada no Estado (número de questões, duração de prova, etc.).

O intuito da publicação desse e dos demais rankings é por demais sabido e beneficia a todos: os alunos, que têm condições de aquilatar o ensino jurídico que recebem dos cursos que frequentam e podem cobrar, se for o caso, a melhora da qualidade; e as faculdades, que tomam conhecimento das suas deficiências e da necessidade da melhora do ensino que transmitem aos nossos jovens.

Como fato que merece uma reflexão, deve-se destacar que em todos os Estados do Nordeste os cursos de Direito mantidos pelas universidades federais lograram os melhores percentuais de aprovação.

Eis o resultado do ranking das faculdades de Direito do Estado de Pernambuco:

1) Faculdade de Direito do Recife	92,47%
2) Faculdade de Direito da Unicap	78,03%
3) Faculdade de Direito de Olinda	67,46%
4) Faculdade de Direito de Caruaru	60,54%
5) Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco	58,11%



Flares Vasconcelos de Carvalho, presidente da Comissão de Estágio e Exame de Ordem em Pernambuco e coordenador do Exame de Ordem no Nordeste

Audiência Pública - Indenizações

Com a presença do secretário de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco, Elias Gomes, do deputado estadual e presidente da Comissão de Cidadania da Assembleia Legislativa, Roberto Leandro, do representante do procurador-geral de Justiça, o procurador Gilson Roberto Barbosa, do presidente da Associação Pernambucana de Anistiados Políticos, Antônio de Campos, do conselheiro e presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-PE, Ricardo Soriano, do ex-presidente da OAB-PE e secretário adjunto da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, Jorge Neves, do presidente do Centro de Cidadania e conselheiro Seccional, Waldomiro Evangelista, do secretário executivo de direitos humanos da Secretaria de Justiça, o advogado Cláudio Carrari e do gerente de Promoção de Direitos Humanos da Secretaria de Justiça, o advogado Marcelo Gadelha, o presidente da Seccional pernambucana, Julio Oliveira, com o presidente no fim de abril a primeira audiência pública para discussão do processo de indenização dos presos políticos de Pernambuco.

A Associação Pernambucana de Anistiados Políticos apresentou as seguintes propostas: a criação de um fundo de reserva para o pagamento das indenizações oriundas dos recursos de todas as secretarias a partir do mês de abril, a elaboração de

um calendário de pagamentos e a criação de uma junta médica com a participação do Cremepe e do Conselho de Psicologia para avaliar e diagnosticar a situação de quem protocolou o requerimento por doença grave.

Quadro das indenizações em Pernambuco

1. PROCESSOS APROVADOS

2001 = 223; 2002 = 153; 2003 = 68; Total = 444.

2. PROCESSOS INDEFERIDOS

2001 = 03; 2002 = 01; 2003 = 13; Total = 17

3. INDENIZAÇÕES PAGAS

2001 = 29; 2002 = 79; 2003 = 00; 2004 = 34; Total = 142 até o mês de setembro passado.

Faltam receber ainda 302 pessoas, que foram beneficiadas no decorrer do período de janeiro/2001 a julho/2003, das quais cerca de 20 já morreram sem receber suas respectivas indenizações.

Dos 4 milhões de reais alocados no orçamento de 2003, nenhum centavo, de acordo com a Associação dos Anistiados, foi desembolsado e, no orçamento do ano passado, somente foram utilizados cerca de 900 mil reais dos 2 milhões que estavam previstos nele, em rubrica específica.

Eleição do Quinto Constitucional

Oito advogados requereram inscrição para disputar a eleição direta do Quinto Constitucional da OAB-PE. São eles:

Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes
Célio Avelino de Andrade
Harlan de Albuquerque Gadelha Filho
José Carlos Cavalcante de Araújo

José Marcos Carvalho Filho
Maria de Fátima Wanderley Raposo
Pedro Henrique Braga Reynaldo Alves
Silva Márcia Nogueira

Lei Orgânica

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Pernambuco, Júlio Oliveira, participou de audiência pública, na Câmara Municipal do Recife, para discutir a revisão da Lei Orgânica do Município (LOM). O presidente da OAB-PE sugeriu a redução no número de artigos da atual LOM, que tem atualmente 186 artigos.

A Lei Orgânica tem que ser princípio-lógica para que tenha efetividade ao longo do tempo; deve destacar a importância do município e estimular a efetivação da cidadania. Por outro lado, Oliveira, defendeu a diminuição do recesso parlamentar, para que a sociedade não tenha a falsa impressão

que se trata de férias prolongadas. O Presidente da OAB-PE disse ainda, que a LOM precisa se adequar aos avanços tecnológicos e democráticos, defendendo o amplo acesso aos gastos do Executivo para que o Legislativo possa desempenhar seu papel constituinte e político de fiscalização.

Deputados estaduais e vereadores reclamam da dificuldade de fiscalizar o Executivo por não ter acesso às contas do Estado e do município. O prazo para emendas à Lei Orgânica Municipal vai até 15 de agosto. Além do presidente da OAB-PE, a audiência pública contou com a presença do relator da atual Lei Orgânica do Recife,



o ex-ministro da Fazenda e ex-vereador Gustavo Krause, do ex-prefeito Gilberto Marques Paulo e do procurador municipal Gustavo Ferreira Santos.

A participação do Presidente da Seccional pernambucana na discussão da LOM, foi um convite do vereador e presidente da Comissão Especial de Revisão da Lei Orgânica, Luiz Helvécio.



Comissão de Relações Internacionais da OAB

O presidente da Comissão de Relações Internacionais da OAB-PE, Alexandre Gusmão, proferiu palestra sobre Direito Internacional para os deputados estaduais que compõem a Comissão de Negócios Internacionais da Assembleia Legislativa. O tema abordado ganha dimensão pelo

fato de as exportações brasileiras, pela primeira vez na história, terem ultrapassado a cifra de US\$ 100 bilhões, no período de março de 2004 até fevereiro deste ano. "A OAB pode oferecer instruções sobre mercados, legislação de outros países e, assim, impulsionar a economia local", disse. Alexandre Gusmão sugeriu, ainda, que a Assembleia criasse uma subcomissão com o objetivo de levar ao interior do Estado instruções sobre comércio exterior. A proposta foi aceita pelos deputados.



OAB e Reforma Sindical

No início de abril, preocupada com a defesa dos direitos sociais e trabalhistas, a OAB promoveu um debate sobre Reforma Sindical no auditório da Ordem, tendo como palestrante Mauricio Rands, ex-vice-presidente e ex-conselheiro federal da Seccional pernambucana e atual deputado federal. Os debatedores foram o presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas, Jeferson Calaça, o delegado regional da DRT, Jorge Perez, e o procurador do Ministério Público Trabalhista Morse Lira.

Mais de 100 pessoas participaram da audiência, entre elas os representantes e presidentes de várias entidades e sindicatos:

- Sindicato das Indústrias Gráficas
- Sindicato dos Metalúrgicos
- Sindicato dos Conselhos, Ordens e Entidades Afins - PE
- Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino
- Sindicato dos Corretores
- Sindicato dos Professores
- Sindicato dos Urbanitários
- Sindicato dos Metalúrgicos
- Conselheiros Seccionais
- Presidente da Comissão dos Deficientes
- Presidente da Comissão das Mulheres Advogadas
- Vereadores do Recife
- Secretária de Orçamento Participativo de Olinda
- Ex-prefeito de Camaragibe
- Diretor da Faculdade Integrada do Recife

Meio Ambiente em debate

Entidades se unem para elaborar soluções coletivas e integradas que visam à formação de uma consciência ambiental



A preocupação de boa parcela da sociedade com o meio ambiente é notória. A cada ano, mais pessoas participam de projetos que ajudam na manutenção da natureza como um todo. Pensando na importância de se debater o assunto, a OAB-PE, com a Escola Ruy Antunes (ESA-PE) e em parceria com entidades ligadas ao meio ambiente, promoveu, no dia 27 de abril, o Seminário Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Resultado de um Esforço Conjunto.



Já na primeira palestra, cujo tema foi “O meio ambiente e a eficácia das leis”, Gustavo Krause foi enfático ao afirmar que “a primeira lei, e a mais absoluta, é a que

rege o respeito entre o homem e a natureza. Se não houver esse respeito e a consciência de que homem e natureza não são categorias separadas, e que devem por isso viver em comunhão, de pouco vale o Direito positivo”.

O seminário comemorou o primeiro ano de existência do OAB Ambiental – Núcleo Multidisciplinar de Estudos de Meio Ambiente e Direito da Escola Ruy Antunes. De acordo com Ana Rezende, presidente da Co-

missão de Meio Ambiente da OAB-PE, o grupo de estudos completou um ano de existência e decidiu organizar um evento com a proposta de atingir a sociedade como um todo, não só os advogados.

A OAB-PE, além de sua preocupação com a sociedade, tem procurado levar aos advogados e estudantes matérias e práticas ambientais, formando uma consciência ambiental também necessária à área jurídica, como explica Rosário Vaz, secretária adjunta da Seccional pernambucana.

O seminário, realizado no auditório da Fiepe, contou ainda com a presença de nomes como Joaquim Gondim, que falou sobre “Os Usos Múltiplos da Água”; André Herzog Cardoso, que dissertou sobre “Biodiversidade: A grande fronteira do conhecimento e da oportunidade no séc



XXI”; Francisco José Lopes de Sousa Diniz, cujo tema da palestra foi “Responsabilidade das Empresas na Economia Local” e Marivan Costa Gadelha, que abordou o tema “Recuperação de mata ciliar com fortalecimento social – Um caso da Agenda 21 da Indústria Pernambucana”.

“O Estado de Pernambuco e a cidade do Recife têm demonstrado grande preocupação com a falta de conscientização da coletividade para com o meio ambiente, e a iniciativa de seminários como este prova que algo pode ser feito em relação a isso, mas é preciso que haja um engajamento das pessoas, pois, só em conjunto, o quadro pode mudar”, afirma Rosário Vaz, chamando a atenção para a importância de se discutir questões como essa.



CESA agora tem representante em Pernambuco

O advogado e deputado federal Luiz Piauhyllino assumirá, este mês, a vice-presidência em Pernambuco do Centro de Estudo de Sociedade de Advogado (Cesa), entidade fundada em 1983 que congrega os maiores escritórios constituídos como sociedade de advogados do país. Piauhyllino será o primeiro a assumir a direção

da entidade no Estado, pois o Cesa, com sede em São Paulo, não tinha vice-presidências regionais. Piauhyllino planeja trabalhar integrado à Seção de Pernambuco da Ordem dos Advogados do Brasil. “Os contatos para uma estreita ligação entre a Seccional e o Cesa já começaram”, revela o deputado.

Dia Nacional da Mulher

Especial



No último dia 26, a Comissão Seccional da Mulher Advogada da OAB-PE homenageou, com a medalha "Heróínas do Tejucupapo", algumas das mulheres que se destacaram durante o ano de 2004. A medalha foi entregue às mulheres que de alguma forma contribuíram para uma melhora contínua da sociedade em defesa dos direitos humanos e nas áreas das ciências jurídicas. O evento, que ocorreu no auditório da Ordem, teve como palestrante a desembargadora federal Margarida Cantarelli e fez uma homenagem especial ao ex-presidente da OAB-PE, Jorge Neves (11) e ao professor, decano do Conselho Seccional e presidente do Instituto dos Advogados de Pernambuco, João Pinheiro Lins (12), pelo apoio à luta da mulher advogada.

Foram agraciadas com a medalha de mérito a delegada de polícia, Carmela Galindo (1), a presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, Dulcilene Moraes (2), a defensora pública, Dulcinéia Nascimento (3), a médica, Éster Azoubel (4), a vereadora do Recife, Luciana Azevedo (5), a presidente da Subsecção da OAB em Caruaru, Margarida Cardoso (6), a médica e presidente da Unimed Recife, Maria de Lourdes Araújo (7), a produtora cultural, Nena Pacheco (8), a defensora pública, Rita Malta (9) e a professora de Direito da Faculdade dos Guararapes, Vera Della Santa (10).



Justiça Federal garante maior agilidade aos advogados

Com a inauguração das duas novas varas federais, a 17ª Vara de Petrolina e a 18ª Vara de Serra Talhada, quem precisar acionar a Justiça Federal não terá mais que se deslocar até a capital. A instalação das novas varas vai abrir um mercado de trabalho amplo, gerando desenvolvimento, aumentando a demanda de advogados nas subseções da região e acelerando os processos que tramitam na cidade e nos municípios jurisdicionados.

A unidade da 17ª Vara de Petrolina, que funciona no mesmo prédio da 8ª Vara do município, que já atendia à cidade e às regiões vizinhas, tem como titular o juiz Tarcísio Borges. A 18ª Vara de Serra Talhada fica sob a tutela da juíza Ana Carita.

Para o presidente da OAB de Serra Talhada, Jânio Carvalho, a instalação da nova vara facilita bastante a vida dos advogados

e de seus clientes na região. "A inauguração mudou radicalmente a vida dos clientes que não tinham condições de arcar com os custos de vários deslocamentos, afim de resolverem suas causas na capital."

Segundo o presidente da Subseccional de Petrolina, Wagner Mororó, a inauguração de uma segunda vara era uma antiga reivindicação das Subseccionais. "Com a instalação da 17ª Vara Federal, serão ajuizadas ações do Juizado de Pequenas Causas Federais. Foi uma conquista grande também para os advogados, já que os processos da 8ª Vara estão sendo divididos, o que faz com que eles possam fluir com mais rapidez", conta.

Segundo informações da Justiça Estadual de Serra Talhada, até o início da segunda quinzena de abril, 1.088 processos tiveram sua competência deslocada para 18ª Vara

Federal da região, que abrange 35 municípios jurisdicionados. A Justiça Estadual espera ainda encaminhar, nas próximas semanas, mais 600 processos de outras comarcas estaduais para a nova vara. Em Petrolina, dos 12.746 processos existentes na subseção judiciária, 5.481 já tramitam na 17ª Vara Federal, com 20 municípios. Destes processos, 2.627 são de procedimentos cíveis, 2.705 são relativos a execuções fiscais e 149 são processos criminais. Até o fim do mês de abril, a direção da nova vara de Petrolina espera receber mais de mil processos migrados da 8ª.

Alguns processos da capital também estão sendo encaminhados, aos poucos, para o interior. A meta é diminuir o volume de processos que se acumulam em poucas jurisdições. Confira no mapa como ficaram as jurisdições de cada vara federal:

A 18ª Vara de Serra Talhada abrange 35 municípios:

Afogados da Ingazeira, Arcoverde, Belém do São Francisco, Betânia, Brejinho, Calumbi, Carnaíba, Carnaubeira, Custódia, Flores, Floresta, Igarapé, Igaraci, Inajá, Ingazeira, Itacuruba, Itapetim, Jacobina, Mirandiba, Manari, Nova Petrolândia, Quixadá, Salgueiro, Santa Cruz da Baixa Verde, Santa Terezinha, São José do Belmonte, São José do Egito, Serra Talhada, Sertânia, Solidão, Tabira, Tacaratu, Tuparetama, Verdejante e Triunfo.

A 17ª Vara de Petrolina abrange 20 municípios da região. São eles: Afrânio, Araripina, Bodocó, Cabrobó, Cedro, Dormentes, Exu, Granito, Ipubi, Lagoa Grande, Orocó, Ouricuri, Parnamirim, Santa Cruz, Santa Filomena, Santa Maria da Boa Vista, Serrita, Sítio dos Moreiras, Terra Nova e Trindade.

IAP lança Revista Virtual



O Instituto dos Advogados de Pernambuco (IAP) lançou, no último dia de março, a primeira edição da **Revista Virtual** dos advogados. Segundo o presidente do IAP, professor João Pinheiro Lins, a revista é uma forma de resgatar a memória do Instituto, um dos primeiros a se organizar no Brasil, em 1851. A revista está dividida em sete seções: doutrina, diversos, notícias,

o Instituto, iconográfica, alerta Brasil e Pernambuco imortal. A revista foi editada em CD-ROM e pode ser adquirida no Instituto, que fica no segundo andar do prédio-sede da OAB-PE.

Para o professor Pinheiro, além da economia em torno de 80%, caso fosse impressa, a revista virtual é uma inovação que se deve ao espírito pioneiro dos pernambucanos.

O vice-presidente da Seccional pernambucana, Ricardo Correia, afirmou que a Revista Virtual foi um grande passo dado pelo IAP e é uma maneira dos advogados conhecerem melhor a instituição e participar mais. Ele afirmou ainda que, pelo sucesso da revista, já espera o lançamento da segunda edição, previsto para agosto, na Semana do Advogado.

No evento de lançamento, também ocorreu um ciclo de palestras, com o tema O Novo Direito de Empresa. O professor Mário Godoy explanou o assunto Pessoas Jurídicas: Principais Inovações; o ex-presidente da OAB-PE e professor Octávio de Oliveira Lobo falou da Adaptação dos Contratos Sociais às Regras do Código Civil; e o professor Vaudrilo Leal Guerra palestrou sobre Responsabilidades dos Sócios e Administradores na Sociedade Limitada.



Arcoverde

A inauguração da Sala dos Advogados Paulo Gilvan de Góes, no Fórum de Custódia foi no dia 14 de abril

Solenidade de inauguração com a presença do Juíz e Prefeito de Custódia



Diretoria da Seccional, Diretores de Arcoverde e advogados



O presidente da OAB-PE, Júlio Oliveira, a advogada de Custódia, Sheila Liliane, o diretor da Escola Ruy Antunes em Arcoverde, Tércio Belarmino e o presidente em Arcoverde, Augusto Teixeira

Salgueiro



Inauguração do sistema de informatização da Sala dos Advogados Célio Avelino, localizada no Fórum de Salgueiro no dia 15 de abril.



Mesmo dia em que foi inaugurada a nova sede da Subseccional de Salgueiro.

A inauguração da Sala dos Advogados Eraldo Gomes Ramos, no **Fórum de Cabrobó**, com os Diretores da Seccional pernambucana, Presidentes das Subseccionais do Sertão, Conselheiros e Advogados, foi no dia 15 de abril.



Conferência Nacional dos Advogados

Sob o tema República, Poder e Cidadania, a XIX Conferência Nacional dos Advogados, que será em Florianópolis, de 25 a 30 de setembro, vai aprofundar os debates em torno das reformas institucionais. Para os advogados, será o momento crucial na luta em defesa das prerrogativas e da valorização profissional. O tema vai além do interesse corporativo, já que defender o exercício profissional com liberdade é defender a própria Justiça e o próprio cidadão.

A conferência, além de trazer à tona a preocupação dos advogados com o destino da nação, pretende enfatizar o caráter

rigorosamente público a ser garantido aos temas concretos que vão gerar discussões, debates, conclusões e recomendações, nos quais deverá predominar a coisa pública como pressuposto.

Debater é essencial, mas a idéia principal é apresentar idéias e propor sugestões. Pensar e ajudar o Brasil. Participe!

*As inscrições poderão ser feitas no site da Conferência Nacional: www.oab.org.br/confer2005/default. Mais informações pelo telefone 0800-6449600.

PARTICIPE

Conferência Estadual dos Advogados

Agosto de 2005 - Recife

Informações na sede da OAB-PE

OAB, ESAs, Faculdades de Direito e os concursos públicos

Eduardo Sertório

Diretor-geral da Escola Ruy Antunes



Mantenho, na qualidade de Conselheiro da Escola Nacional de Advocacia (ENA), constante diálogo com os diretores-gerais das Escolas Superiores da Advocacia (ESAs) de todo o país e, nas nossas conversações, um tema recorrente é a participação das ESAs na formação dos estudantes de Direito.

Algumas vezes cheguei a pensar que ser aprovado em concurso público seria a principal motivação dos estudantes de Direito.

As ESAs são, no meu entender, a principal porta de integração do advogado ao seu órgão de classe. Porém, há outras ainda não utilizadas com tanta frequência, afinal integrar também é assinalar e descobrir novos caminhos.

Para tanto, há todo um trabalho a ser realizado entre as Comissões do Conselho Federal e as Comissões Estaduais, sob a coordenação da ENA, visando a projetos de caráter nacional, especificamente no que se refere ao aperfeiçoamento contínuo dos advogados.

Por exemplo: a Comissão Federal de Direitos Humanos poderia desenvolver um projeto visando ao debate sobre direitos humanos, em parceria com as Comissões Estaduais. Além da discussão sobre as principais questões ligadas ao assunto, a criação de Oscips poderia ser também motivo de debates e conclusões. Tal trabalho se reverteria em favor de toda a sociedade.

Outro exemplo: a Comissão Federal e as Comissões Estaduais de Ensino Jurídico poderiam objetivar a atualização dos currículos dos cursos de Direito, integrando, dessa forma, professores e alunos, discutindo a multidisciplinaridade, tão necessária em várias áreas, combatendo-se assim o denominado bacharelismo.

E mais: urge que a Escola Nacional receba integral apoio para o desenvolvimento de seu plano de educação a distância, integrando estudantes e membros da OAB, sobretudo os do interior dos Estados, possibilitando a todos melhores condições no dia-a-dia do exercício profissional.

Defendo, ainda, a própria integração das Comissões Estaduais às atividades das ESAs. Ao lado dos cursos regulares da Escola Ruy Antunes, com seu quadro de professores honoríficos, sempre que recebemos a solicitação de nomes para participar de palestras, a prioridade recai sobre os componentes das Comissões Estaduais, mercê de seus exemplos.

Além disso, as ESAs e os Núcleos de Prática Jurídica poderiam desenvolver projetos objetivando parcerias que venham a possibilitar ao estudante o exercício de uma atividade que independa de concurso público, embora não o exclua.

Exemplo? Nas questões de Direito de Família, incluir a participação de estudantes de Psicologia e Assistência Social no atendimento a ser prestado.

Há outros: parcerias podem e devem ser desenvolvidas, acredito eu, com o Centro de Mediação e Arbitragem de Pernambuco (Cemape); com a Junta Comercial do Estado do Estado de Pernambuco (Jucepe); com o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM-PE), que, a propósito, está organizando um curso de férias para o mês de julho; com o Sindicato dos Advogados de Pernambuco; com o Gajop; com a entidade que congrega os tabeliães públicos; com as agências reguladoras...

Sem dúvida, tudo isso interessará somente aos que, além da esperança, tenham vontade de modificar as coisas, e não apenas desabrochá-las de outro modo, como diria Clarice Lispector.

PROGRAMAÇÃO DE MAIO - 2005

DEBATE OAB-PE – SINDICATO DOS ADVOGADOS A REFORMA SINDICAL

Dia: terça 10 de maio

Horário: 19h

Debatedor: Marcelo Brandão Lopes, advogado trabalhista, conferenciasta honorário da Escola Ruy Antunes

Local: Auditório da OAB-PE

Carga horária: 3 horas e meia

ENTRADA FRANCA

Inscrição por e-mail: secretariaesa@oab-pe.com.br

SEMINÁRIO:

PROCESSO CIVIL E DIREITO DE FAMÍLIA

Dias: sábados 14 e 21 de maio

Horário: 9h às 12h

Temas: Medidas Cautelares e Processo de Execução

Professores: Leonardo Carneiro da Cunha e Alexandre Saldanha, advogados e professores universitários

Local: Auditório da OAB-PE

Carga horária: 7 horas

Taxa de inscrição:

Portadores do Passaporte Cultural: inscrição gratuita

R\$ 20,00 (estudantes e membros da OAB em dia com a entidade)

R\$ 40,00 (demais casos)

O QUE É ARBITRAGEM?

Dia: terça 24 de maio

Horário: 9h às 12h

Palestrante: Regina Mello, advogada e presidente do Cemape

Local: Auditório da OAB-PE

Carga horária: 3 horas e meia

ENTRADA FRANCA

Inscrição por e-mail: secretariaesa@oab-pe.com.br

Informações e inscrições

Escola Ruy Antunes

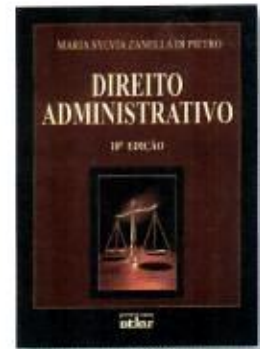
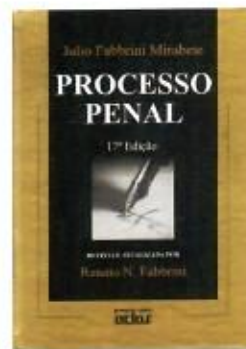
Fone: (81) 3224-7282

Fax: (81) 3224-2425

E-mail: secretariaesa@oab-pe.com.br

Serão conferidos certificados.

Dicas de Leitura



Os 41 anos do golpe militar e a abertura dos arquivos políticos da ditadura

Nelson Barbosa

Conselheiro da OAB-PE

Presidente da Comissão Especial de Assistência aos Novos Advogados - Ceana

Nesse 1.º de abril de 2005, contados 41 anos do golpe militar, me veio à mente tal acontecimento infausto, que modificou definitivamente a história sociopolítica do nosso país. Infelizmente, dessa época, pouco há que se comemorar e muito a se lamentar. Após aquele 1.º de abril de 1964, a nação entrou em uma trajetória negra que duraria aproximadamente 20 anos, estendendo-se até a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral Brasileiro. A dita eleição foi resultado de um processo de abertura iniciado com o retorno ao cenário político dos exilados em 1979 (anistia), entre eles Betinho, Brizola, Arraes, João Amazonas, José Dirceu. Essa abertura culminou nas eleições diretas para presidente, em 1989.

Nenhum aspecto positivo, a meu ver, deveria ser ressaltado dessa época. Nem mesmo o chamado "milagre econômico", visto que veio alicerçado em bases pouco sólidas e a custo de uma dívida externa galopante, com empobrecimento acentuado das classes menos privilegiadas. Nem mesmo a vitória na Copa do Mundo, em 1970, há de ser considerada fruto desse período nefasto; ao contrário, foi instrumento de alienação utilizado pelo governo Garrastazu Médici, numa recriação, às avessas, da política do "pão e circo".

Com a Lei da Anistia, tentou-se mascarar acontecimentos do passado. Militares e militantes de esquerda foram "perdoados" pelos seus "crimes políticos". Passou-se o tempo, veio a lei que indeniza os familiares dos presos políticos ou de pessoas que foram impedidas, à época, de exercer atividades econômicas por motivação exclusivamente política. Recentemente, por ironia do destino, o governo Lula suspende o pagamento dos anistiados políticos.

Agora, trava-se a polêmica sobre a possível abertura dos arquivos da ditadura. Vozes conservadoras levantam-se em defesa da manutenção da vergonha nacional, da ocultação de informações sobre a morte, o "desaparecimento", a tortura, a humilhação. Muitos dos torturadores e assassinos ainda estão vivos. Muitos dos políticos que deram sustentação ao regime de opressão encontram-se, ainda hoje, com voz ativa na vida política nacional e, pasmem, com mandato eletivo, travestidos de democratas e liberais, como se de vanguarda fossem.

Vozes tidas como da esquerda ensaiam um "abafa daqui", "bota panos quentes de lá", talvez com a intenção de que tudo seja eliminado antes mesmo de ser aberto. Os jornais, revistas e demais meios de comunicação publicam repetidas reportagens

em que narram, por diferentes versões, a história dos "vitoriosos" e dos "vencidos". É possível alguém ganhar com isso? Acredito que, no final, todos perdem. O Brasil ainda mais.

A Guerrilha do Araguaia é assunto dos mais debatidos, com lançamento de livros, inclusive com relatos dos próprios militares que "aniquilaram" quase todos os "guerrilheiros" e depois os enterraram em locais nunca revelados. Onde estão os corpos desses bravos brasileiros, que lutaram pela redemocratização do país?

Soma-se a tudo isso a medida provisória em tramitação no Congresso Nacional que mantém boa parte do sigilo imposto ao povo brasileiro.

A Seccional pernambucana da Ordem dos Advogados do Brasil veio a sediar, recentemente, o Fórum Permanente da Anistia em Pernambuco, pela imediata abertura dos arquivos da ditadura militar e localização dos restos mortais dos desaparecidos políticos.

Penso, neste momento, trazendo o embate político para o campo literário, no lirismo engajado de Francisco Buarque de Holanda, ao escrever "Angélica" e resgatar, por metáforas e alusões, a epopéia da figurinista Zuzu Angel, que não se cansou de protestar contra o governo militar pelo "desaparecimento" do filho torturado e acabou morta em um estranho e inexplicável acidente de automóvel. Já que: "Só queria agasalhar meu anjo e deixar seu corpo descansar, só queria lembrar o tormento que fez meu filho suspirar, só queria embalar meu filho, que mora na escuridão do mar", para, finalmente, "cantar para o meu menino, que ele já não pode mais cantar".

Abram-se os funestos arquivos da ditadura e deixem as famílias "enterrar" seus mortos ou, ao menos, saber onde sucumbiram bravamente por ato de covardia dos detentores do poder em nosso país.

Para os progressistas, vítimas do regime, que a lembrança dos tempos negros avivem suas memórias e consciências, não fazendo esquecer o que escreveram ou o que foram.

Para os conservadores, que contribuíram de uma forma ou de outra com a ditadura, ou pactuaram com as torturas e mortes em nossa nação, uma vez mais Chico, na música "Apesar de Você": "Você que inventou a tristeza, ora tenha finca de desinventar/ Você que inventou o pecado e esqueceu-se de inventar o perdão".

Pelo direito à história, pelo povo brasileiro, reponham-nos a dignidade.

Como adotar a arbitragem na sua prática profissional

Carlos Eduardo de Vasconcelos

Diretor do Cemape, mestre em Direito das Relações Sociais, palestrante emérito da ESA, membro do IAP e do Comitê Brasileiro de Arbitragem

O instituto da arbitragem prevalece nos negócios internacionais. Entre nós, ainda é pouco utilizado. Segundo pesquisas, a maioria dos advogados não conhece esse instituto (Lei n.º 9.307/96). Talvez porque a matéria apenas recentemente vem sendo incluída nos currículos de Direito. É adotado para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis. O advogado que pretenda adotá-lo deve tomar a iniciativa de optar pela cláusula compromissória em lugar da cláusula de eleição de foro judicial. Com isso, as partes ficam vinculadas à solução de eventual litígio resultante daquele contrato por meio de árbitro(s) por elas escolhido(s).

Os regulamentos de arbitragem de entidades especializadas prevêm que, não havendo consenso quanto à escolha, o árbitro será nomeado, pela instituição, entre especialistas de reconhecida independência e idoneidade. É comum a preferência por um colegiado de árbitros, denominado "tribunal arbitral". Nesta hipótese, cada uma das partes indica um árbitro e os dois árbitros indicados escolhem um terceiro, que será o presidente do tribunal. Os regulamentos de arbitragem das instituições especializadas prevêm um determinado prazo para a indicação consensual, após o qual é nomeado um especialista independente, de reconhecida idoneidade. Deve-se destacar que o árbitro, mesmo quando indicado por alguma das partes, não é árbitro da parte, mas da jurisdição arbitral, sob os princípios processuais do contraditório, da igualdade, da imparcialidade e do seu livre convencimento.

O processo arbitral é de instância única, iniciando-se com a investidura do(s) árbitro(s) e terminando com a sentença arbitral, que produz o efeito de coisa julgada, visto que irrecorrível. Foi extinta a exigência de homologação judicial. Quando condenatória, a sentença arbitral equivale a título executivo judicial, prevalece o princípio da efetividade do direito. Mas, em razão do princípio da segurança, a lei prevê hipóteses de nulidade da sentença

arbitral e os modos de obtenção da decretação dessa nulidade.

A cláusula compromissória deve ser cheia, ou seja, deve indicar a instituição que administrará o procedimento ou, pelo menos, o regulamento que o regerá e o lugar em que terá sede. Quando administrada por alguma instituição, a solicitação de arbitragem é protocolada perante essa instituição. A parte demandada é notificada pela instituição e, perante ela, apresenta as suas razões. Depois, é agendada a reunião inicial para apresentação dos árbitros, ocasião em que as partes optam por árbitro único ou colegiado arbitral, viabilizando a investidura do(s) árbitro(s) e a assinatura de eventual compromisso. Devemos destacar que também na ausência de cláusula compromissória as partes e seus advogados podem, a qualquer tempo, até em relação a feitos já ajuizados, optar pela arbitragem, mediante termo ou compromisso arbitral.

Para maior facilidade, segue o modelo de cláusula compromissória recomendada pelo Centro de Mediação e Arbitragem de Pernambuco (regulamento, tabela de custas, etc., no site www.cemape.org.br): "Todas as controvérsias originadas ou em conexão com o presente contrato, sua execução ou sua liquidação, serão resolvidas mediante arbitragem, de forma definitiva, consoante o Regulamento do Centro de Mediação e Arbitragem de Pernambuco (Cemape), entidade eleita pelas partes para administrar o procedimento arbitral – por um ou mais árbitros nomeados conforme o disposto no referido regulamento. A arbitragem terá como sede a cidade de..."

Salvo quando as partes disponham diferentemente, os honorários do árbitro e as custas do procedimento serão rateados, cabendo a cada uma das partes os honorários dos respectivos advogados.

Colega advogado: rompa com o paradigma da dependência. Faça uma surpresa agradável ao seu cliente. Opte pela arbitragem nos seus contratos.

carlos@vasconcelos.adv.br

RELAÇÃO DO CONSELHO OAB/PE TRIÊNIO 2004/2006

DIRETORIA

Presidente: Júlio Alcino de Oliveira Neto
Vice-Presidente: Ricardo do Nascimento Correia de Carvalho
Secretário-Geral: Luciano Domingues da Silva
Secretário-Geral Adjunto: Maria do Rosário de Fátima Vaz Rodrigues
Diretor-Tesoureiro: José Edmundo Barros de Lacerda

CONSELHO SECCIONAL

Ademir dos Santos Costa
Almir Nunes da Silva
Aluísio Pires Vidal de Vasconcelos Xavier
Amastácio de Alcântara Brito
Djair de Sousa Farias
Edmundo Antônio de Siqueira Campos Barros
Edvaldo Sotomaior da Silva
Elaine Maranhão Barbosa
Erik Limongi Stal
Everardo Ribeiro Gueiros Filho
Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto
Francisco José de Araújo Gonçalves
Glória Maria Pontual de Moraes Oliveira
Gustavo Ferreira Santos
Gustavo Henrique de Brito Alves Freire
Gustavo Matos
Hélio Gungel Cavalcanti
Hélio Mariano da Silva Júnior
João Pinheiro Lins
José Alberto de Lima Filho
José Duarte Aguiar
José Martins de Melo
José Milton Monteiro de Figueiredo
José Nelson Vilela Barbosa Filho
Lucia Helena Pinheiro Lins
Manoel Luciano Silva de Lima
Marinaldo José Peixoto
Marly Regalado da Silva
Mércio Murilo de Siqueira Barbosa
Nely Moraes Pinheiro
Oswaldo Naves Vieira Júnior
Orthonel Ferrado Gueiros Neto
Paulo César Andrade Siqueira
Pedro de Albuquerque Malheiros Neto
Renato Santos Pinheiro Filho
Ricardo Pedrosa Soriano de Oliveira
Rodrigo Bellegirino de Azevedo
Sélio Neves Baptista Filho
Virginia Augusta Pimentel Rodrigues
Wladimir Santos Evangelista

MEMBROS HONORÁRIOS

José Cavalcanti Neves
Joaquim Correia de Carvalho Júnior
Ottávio de Oliveira Lobo
Dorany de Sá Barreto Sampaio
Fernando de Vasconcelos Coelho
Paulo Marcelo Wanderley Raposo
Jorge da Costa Pinto Neves
Aluísio José de Vasconcelos Xavier
Ademir Rigueira Neto

CONSELHO FEDERAL

Ademir Rigueira Neto
Aluísio José de Vasconcelos Xavier
Cláudio Soares de Oliveira Ferreira
Marcelo Antônio Brandão Lopes
Ubirajara Emanuel Tavares de Melo

CAAPE

Presidente: Ivânia Maria de Barros Melo dos Anjos Dias
Vice-Presidente: Tadeu Sávio Souza de Lira
Secretário-Geral: Ailton Coelho de Araújo Filho
Secretário-Geral Adjunto: Alexandre Gusmão Pinheiro de Araújo
Diretor-Tesoureiro: Hermes Bezerra de Brito

ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA RUY DA COSTA ANTUNES

Diretor-Geral: Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto
Diretor-Secretário: Carlos Eduardo Pagliosi
Diretora-Cultural: Carline Delgado
Diretora de Comunicação: Inah Moury Fernandes
Diretor-Tesoureiro: Flares de Carvalho

TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA

Presidente: Hélio Mariano da Silva Júnior
Secretário-Geral: Djair de Sousa Farias
Membro Julgador: Francisco José de Araújo Gonçalves
Membro Julgador: Pedro de Albuquerque Malheiros Neto
Membro Julgador: Sélio Neves Baptista Filho

OAB-PE - Rua do Imperador Dom Pedro II, 235
CEP: 50.010-240 - Sto. Antônio - Recife - PE
Fone: (81) 3424-1012

RELAÇÃO DAS SUBSECCIONAIS

Afogados da Ingazeira (87) 3838-1190

Presidente: Gilberto Costa (87) 9938-4140

Araripina (87) 3873-0457

Presidente: Éris Freire (87) 9995-2196

Arcoverde (87) 3821-0457

Presidente: Augusto Teixeira (87) 9925-9380

Barreiros (81) 3675-1251

Presidente: José Antônio de Araújo (81) 9986-1139

Belo Jardim (81) 3726-2283

Presidente: Gilvandro Estrela (81) 9981-4980

Cabo de Santo Agostinho (81) 3524-1331 / 3521-9042

Presidente: Geny Lyra (81) 8801-3125

Carpina (81) 3621-0234

Presidente: Jorge Lapa (81) 9282-6034 // 99540502

Caruaru (81) 3721-0459

Presidente: Margarida Cardoso (81) 9981-1480

Garanhuns (87) 3761-1478

Presidente: Luiz Jardim (87) 9988-3721

Goiana (81) 3626-2805

Presidente: Cândido Ferreira Lima (81) 9112-6130

Jaboatão dos Guararapes (81) 3461-9987

Presidente: Fernando Araújo (81) 9977-3028

Limoeiro (81) 3628-1002

Presidente: Francisco Vasconcelos (81) 9972-2196

Olinda

Presidente: Clóvis Bastos (81) 9974-7676

Palmares (81) 3662-2180

Presidente: Dora Melo (81) 9109-1781

Paulista (81) 3433-0825

Presidente: Angelita Moraes (81) 9977-2951

Pesqueira (87) 3835-3011

Presidente: Helder Valença (87) 9921-9421

Petrolândia (87) 3851-1168

Presidente: José Dantas (87) 9991-5266

Petrolina (87) 3861-2400

Presidente: Wagner Mororó (87) 9998-1893

Salgueiro (87) 3871-0516

Presidente: Péricles Rosa Soares (87) 9995-4321

Santa Cruz do Capibaribe (81) 3731-4518

Presidente: Roberto Soares (81) 9915-6802

Serra Talhada (87) 3831-2333

Presidente: Jânio Carvalho (87) 9991-1728

Surubim (81) 3634-1798 // 3634-4885

Presidente: Carlúcia Lapenda (81) 9175-5807

Timbaúba (81) 3631-0181

Presidente: Josefa Fulgência (81) 9623-0496

Vitória de Santo Antão (81) 3526-5008

Presidente: Washington Amorim (81) 9971-4738

Horário do micro-ônibus

OAB/PE	10h	JUSTIÇA DO TRABALHO
JUSTIÇA DO TRABALHO	10h30	OAB/PE
OAB/PE (CIRCULAR JUSTIÇA DO TRABALHO)	12h	FÓRUM DO RECIFE
FÓRUM DO RECIFE	12h30	JUSTIÇA FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL	13h30	FÓRUM DO RECIFE
FÓRUM DO RECIFE	14h	OAB/PE
OAB/PE	14h30	FÓRUM DO RECIFE
FÓRUM DO RECIFE	14h50	JUSTIÇA FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL	15h30	FÓRUM DO RECIFE
FÓRUM DO RECIFE	16h	OAB/PE
OAB/PE	16h30	FÓRUM DO RECIFE
FÓRUM DO RECIFE	16h50	JUSTIÇA FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL	17h40	FÓRUM DO RECIFE
FÓRUM DO RECIFE	18h	OAB/PE

Linha Norte (Recife/Olinda/Paulista)

OAB/PE	9:20h	JUSTIÇA DO TRABALHO/OLINDA (JUIZADOS ESPECIAIS)
JUSTIÇA DO TRABALHO/OLINDA (JUIZADOS ESPECIAIS)	9h40	JUSTIÇA DO TRABALHO/PAULISTA
JUSTIÇA DO TRABALHO/PAULISTA	10:10h	JUSTIÇA DO TRABALHO/OLINDA (JUIZADOS ESPECIAIS)
JUSTIÇA DO TRABALHO/OLINDA (JUIZADOS ESPECIAIS)	10h40	OAB/PE (CIRCULAR TRF)
OAB/PE (CIRCULAR TRF)	12h	FÓRUM DE OLINDA
FÓRUM DE OLINDA	12h30	FÓRUM DE PAULISTA
FÓRUM DE PAULISTA	13h30	FÓRUM DE OLINDA
FÓRUM DE OLINDA (CIRCULAR TRF)	14h	OAB/PE
OAB/PE (CIRCULAR TRF)	14h30	FÓRUM DE OLINDA
FÓRUM DE OLINDA	14h50	FÓRUM DE PAULISTA
FÓRUM DE PAULISTA	15h30	FÓRUM DE OLINDA
FÓRUM DE OLINDA (CIRCULAR TRF)	16h	OAB/PE
OAB/PE (CIRCULAR TRF)	16h30	FÓRUM DE OLINDA
FÓRUM DE OLINDA	16h50	FÓRUM DE PAULISTA
FÓRUM DE PAULISTA	17h30	FÓRUM DE OLINDA
FÓRUM DE OLINDA (CIRCULAR TRF)	18h	OAB/PE

Linha Sul (Recife/Jaboatão/Cabo/Ipojuca)

OAB-PE	9h	JUSTIÇA DO TRABALHO JABOATÃO
JABOATÃO	9h40	JUSTIÇA DO TRABALHO CABO
CABO S. AGOSTINHO	10h20	JUSTIÇA DO TRABALHO IPOJUCA
IPOJUCA	11h30	JUSTIÇA DO TRABALHO CABO
CABO	12h10	JUSTIÇA DO TRABALHO JABOATÃO
JABOATÃO	12h50	OAB-PE
OAB-PE	14h20	FÓRUM JABOATÃO
JABOATÃO	15h	FÓRUM CABO
CABO	15h40	FÓRUM JABOATÃO
JABOATÃO	16h20	OAB-PE